

fisgga

"QUEM SABE TUDO É PORQUE ANDA MUITO MAL INFORMADO"

**Diz-me
quanto
ganhas,
dir-te-ei
onde
trabalhas...**

...E QUANTO ESTUDASTE E DE QUE GÉNERO ÉS.
O SALÁRIO DE UMA MESMA PROFISSÃO VARIA
CONSOANTE VÁRIOS INDICADORES. E PARTE,
ANTES DE MAIS, DA ZONA ONDE SE ESTÁ EMPREGADO

TEXTO CAROLINA REIS INFOGRAFIA CARLOS ESTEVES



“É NAS CAPITALS EUROPEIAS QUE SE
CONCENTRA A MÃO DE OBRA ALTAMENTE
QUALIFICADA. É ONDE ESTÃO AS SEDES DOS
BANCOS, DAS FUNDAÇÕES DAS ONG, DOS
CENTROS DE INVESTIGAÇÃO”, FRISA O
SOCIOLOGO JOSÉ MANUEL MENDES

Pedro e Tiago tiraram o curso na mesma universidade, com média e experiência curricular semelhantes. Chegaram ao ensino superior depois de ultrapassarem os 16 valores que, na época, a Faculdade de Direito da Universidade Nova exigia. Estagiaram, gratuitamente, nas férias do terceiro e quarto anos. Passaram pelo mesmo escritório de advocacia para o estágio oficial que lhes dá o acesso à Ordem. E depois seguiram rumos diferentes: um voltou ao interior do Alentejo para trabalhar no departamento jurídico de uma Câmara; o outro continuou na capital, desistiu de ir à barra dos tribunais e é agora jurista num banco. Tiago, o que ficou em Lisboa, ganha quase mais do dobro do que Pedro, o que voltou à cidade natal. Afinal, quanto é um bom salário? Onde se ganha mais e menos em Portugal? E o que influencia esse ordenado? Os salários dos portugueses que trabalham em empresas privadas, pois aí não existem tabelas salariais uniformes e promoções automáticas, variam consoante diversos fatores. O primeiro de todos tem a ver com o território. Em Portugal, à semelhança do que acontece na maioria das cidades da Europa, são vários os indicadores que contam quando se estuda a desigualdade salarial, como o género, um dos que tem sido mais falado atualmente. Porém, antes disso, é importante a terra onde se trabalha. “Parte daí. É daqui que nascem as desigualdades salariais”, diz José Manuel Mendes, sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) na área das desigualdades. Olhando para o mapa português, e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, vê-se que é na Área Metropolitana de Lisboa que se ganha mais dinheiro. Aí, o salário médio mensal é de €1380. Na tabela surge a seguir o Alentejo, com €994; depois o Norte, com €975; seguido da Zona Centro, com €951; e, no fim, o Algarve, com €926. “A diferença entre o Norte e o Sul está muito próxima da diferença entre género. O prémio salarial está em Lisboa, pois a estrutura produtiva do Norte e Centro assenta na mão de obra intensiva”, diz João

Cerejeira, professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. É que nas fábricas, por exemplo, que se concentram no Norte, estão postos de trabalho menos bem remunerados. Ou seja, o trabalho braçal continua a ser menos bem pago. As empresas habituaram-se a procurar o trabalho de força e em que não são precisas qualificações nas zonas onde é mais barato, separando-o física e geograficamente do trabalho qualificado do escritório. “Outro fator que influencia a diferença é a concentração de sedes de empresas em Lisboa, pois é aí que estão os quadros mais bem remunerados”, continua o economista. O segundo lugar da tabela para o Alentejo, uma região há anos associada ao trabalho do campo, não surpreende. “É onde estão indústrias como a EDP, a Petrolgal ou a aviação, ou seja, o sector energético ou ligado à energia, onde os salários também são pagos acima da média”, diz o professor da Universidade do Minho. Apesar de ser a região onde há mais mão de obra — e onde o custo de vida é mais elevado —, a capital é o centro político, legislativo, económico. É por isso que concentra as empresas e os grupos de trabalhadores com salários mais elevados — num ciclo vicioso no qual a cidade depende do poder concentrado e este poder depende da cidade. “É natural. É nas capitais europeias que se concentra a mão de obra altamente qualificada. É onde estão as sedes dos bancos, das fundações, das ONG, dos centros de investigação”, frisa José Manuel Mendes. Há, porém, consequências. Concentra-se o trabalho qualificado, crescem as elites. Os profissionais altamente qualificados estabelecem-se na mesma cidade onde há empregos e salários melhores. E as empresas vão crescendo todas ao lado umas das outras, atraindo outras áreas e transformando as cidades em polos. Acentua-se o desequilíbrio salarial e o desequilíbrio do desenvolvimento regional. “Não acontece só em Portugal. Se olharmos para a City, em Londres, vemos que as sedes dos bancos

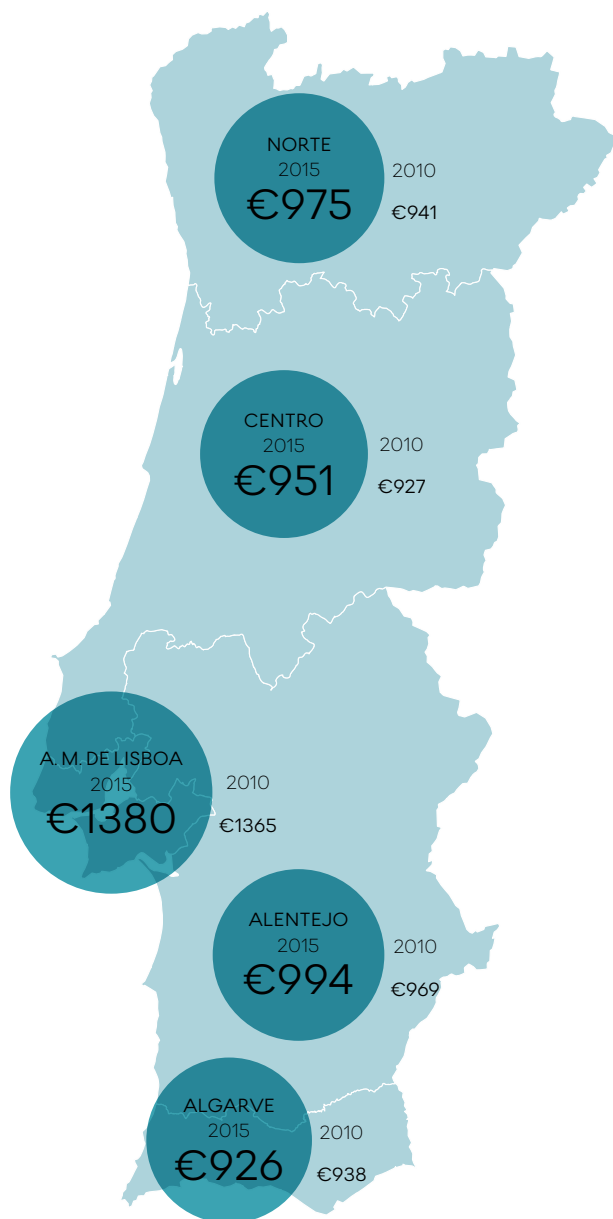
estão todas a seguir umas às outras”, continua o sociólogo. Esta concentração é mais frequente em empresas que apostam no mercado interno, já que as que apostam nas exportações estão mais a norte. Mas não são apenas as empresas que se vão atraindo umas às outras. Atrás delas — e para satisfazer as elites que se vão formando — vêm as escolas de excelência e os centros de cultura, nascem bairros de habitação superior (alguns até de luxo), que convivem lado a lado com guetos típicos dos polos urbanos. Todos os países enfrentam a concentração nas zonas urbanas, a diferença é se os Estados querem fazer algo para inverter a tendência e diversificar o resto do território. “A questão é que não se tem notado que as políticas públicas tenham invertido esta realidade”, diz José Manuel Mendes. E se o caso da candidatura do Porto a receber a Agência Europeia do Medicamento pode ser visto como um sinal de mudança, o sociólogo do CES lembra que a banca privada nasceu no norte do país, mas veio descendo até cimentar as suas sedes na capital. Na prática, significam algumas centenas de salários mais elevados, pagos a profissionais altamente qualificados e em posições de chefia, que se aglomeraram em Lisboa. João Cerejeira deixa algumas pistas: “O Estado podia ter um papel e promover alguma descentralização de serviços, levando empregos para fora das cidades.” Mas com salários mais elevados vêm também rendas mais elevadas. E preços dos supermercados, das creches e das escolas mais altos. É o valor a pagar pela tal proximidade do poder. Um fator desequilibrador, mas que de alguma forma regula o equilíbrio da balança de riqueza. “A ideia de voltar à terra natal tinha a ver com a proximidade da família, mas foi também um projeto económico. A renda de um

apartamento permite-nos, a mim e à minha mulher, ter uma moradia e pensar já nos filhos. Os nossos pais estão perto, não há falta de creches e não é preciso ponderar entre a escola pública e a privada. Até as compras no hipermercado são mais baratas”, explica Pedro. Do outro lado, Tiago prepara-se para pagar €500 de creche para o primeiro filho que ainda não nasceu. Porém, o mais difícil é encontrar no centro de Lisboa, onde mora num pequeno T2 com a namorada, uma casa maior que consiga albergar toda a família. “Os preços estão exorbitantes, e o que era um bom salário há um ano hoje já é quase engolido por uma renda ou prestação e as despesas da casa”, conta. Também as empresas sentem o efeito do fator renda. “Acabam por ter de pagar mais, pois não se pode desligar o salário dos custos com a renda da casa. O imobiliário acaba por ‘compensar’ o valor que se recebe a mais”, frisa João Cerejeira. O nível das condições de vida e rendimento são indicadores que devem ser comparados.

MESTRADOS PERDEM PODER

Ao mesmo tempo que a concentração de salários e profissões se consolida, também cidadãos com idêntico grau de escolaridade se vão agregando nas mesmas localidades, essencialmente no litoral. A distribuição do salário cresce à medida que se vai estudando mais. Há, contudo, uma exceção: os mestrados (ver tabela ao lado). Atualmente, quem faz um mestrado arrisca-se a ganhar menos do que alguém com uma licenciatura. Os valores médios do INE mostram que, em 2015 (os dados mais recentes), o salário médio de um mestrado era de €1762 por mês. Ora, um licenciado ganhava €1821. É uma diferença curta, no entanto revela outra tendência e uma falha

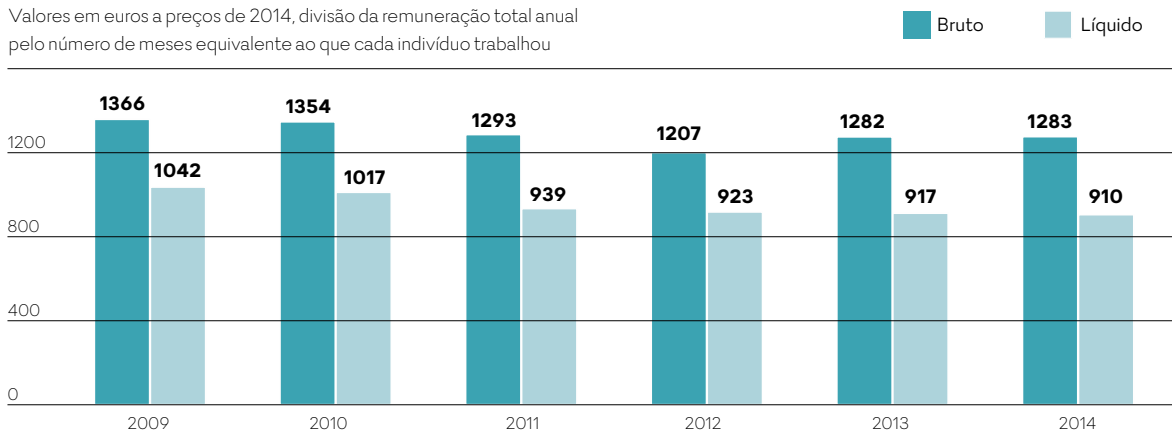
GANHO MÉDIO MENSAL POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA...



FONTE: INE

EVOLUÇÃO DO GANHO MENSAL EQUIVALENTE

Valores em euros a preços de 2014, divisão da remuneração total anual pelo número de meses equivalente ao que cada indivíduo trabalhou



FONTE: PORDATA

...E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Nível de Escolaridade	2015	2010
NENHUM	€701	€670
BÁSICO 1º CICLO	€777	€764
BÁSICO 2º CICLO	€803	€783
BÁSICO 3º CICLO	€861	€874
SECUNDÁRIO	€1072	€1116
PÓS-SECUNDÁRIO	€1124	€1197
SUPERIOR BACHARELATO	€1802	€1842
SUPERIOR LICENCIATURA	€1821	€1955
SUPERIOR Mestrado	€1762	€2070
SUPERIOR DOUTORAMENTO	€2495	€2656
DESCONHECIDO	€947	€952

da sociedade portuguesa. “É por causa de Bolonha, pela forma como o processo foi aplicado em Portugal, sendo possível obter um mestrado em três anos. Em Espanha, o mestrado são quatro anos e em França apenas foi aplicado nas universidades públicas. Nas grandes escolas francesas — onde o Estado vai recrutar — não foi aplicado”, acusa José Manuel Mendes. No entanto, os valores de 2010 comprovam que ambos estão a perder poder de compra: na altura um aluno com um mestrado ganhava €2070 e um licenciado €1955. “As empresas perceberam que podiam ter mão de obra mais qualificada ao nível de uma licenciatura. O mestrado é uma mão de obra que está completamente desvalorizada”, garante.

LONGO CAMINHO PARA AS MULHERES

O salário sofre outra variação quando se coloca a questão do género. É um tema que ocuparia, facilmente, mais outras três páginas desta secção. Os números mais recentes da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) mostram que, em cada 100 pessoas com ensino superior completo, 60 são mulheres e 40 são homens. E que, em cada 100 pessoas sem nenhum nível de escolaridade, 71 são do sexo feminino e 29 do sexo masculino. Historicamente, tem sido mais fácil para os homens encontrar trabalho. Ainda hoje o é. A taxa de emprego é superior para os homens em 6,8 pontos percentuais, de 74,2% para 67,4%. “Uma mulher sem nenhum grau académico tem mais dificuldade do que um homem em arranjar um emprego que vá ao encontro das suas expectativas. Para os homens é possível sem licenciatura e com frequência universitária chegar a uma posição de chefia. Já para as mulheres é impossível”, sustenta José Manuel Mendes. Tudo isto termina em mais uma diferença salarial: as mulheres ganham menos 16,7% do que os homens, segundo os dados oficiais. Estudos de investigação académica indicam que essa diferença chega aos 20%. Isto a exercer exatamente a mesma função. ●